



Mulheres em Contextos Rurais e Segurança Alimentar e Nutricional

Dayane Andressa Loli¹, Romilda de Souza Lima² e Rose Mary Helena Quint Silochi³

Nos espaços rurais, a mulher, além de realizar o trabalho doméstico, exerce atividades produtivas, porém estas, não são registradas e valorizadas da mesma forma como as atividades dos homens, e por isso, é visto como uma ajuda. Ao se desdobrar entre o trabalho produtivo e reprodutivo, possibilita a reprodução do grupo familiar e o desenvolvimento e manutenção do patrimônio. O objetivo deste trabalho consiste em identificar os espaços de participação das mulheres nas atividades produtivas e de comercialização, em um estudo de caso no município de Francisco Beltrão (Paraná) e, analisar os reflexos desta atividade como um fator que promove renda e, consequentemente contribui para a segurança alimentar de sua família. Para isso, foram realizadas entrevistas na feira da praça central e na feira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR com 20 mulheres agricultoras para identificação das atividades produtivas e de gestão desenvolvidas por elas. Na sequência aplicou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, a qual revelou que as entrevistadas se encontravam em grau favorável de segurança alimentar e nutricional; não apresentando preocupação ou incerteza de desfrutar regularmente de comida no cotidiano, seja pela quantidade de refeições realizadas diariamente, seja na qualidade ofertada e, principalmente, não estavam em situação de fome crônica.

Palavras-chave: Mulheres, agricultura familiar, segurança alimentar.

Women in Rural Contexts and Food and Nutritional Security

In rural areas, women do not only carry out domestic work, they also carry out productive activities, but they are not registered and valued in the same way as the activities of men, and therefore are seen as an aid. By splitting up between productive and reproductive work, it enables the reproduction of the family group and the development and maintenance of the patrimony. The objective of this study is to identify the participation spaces of women in productive and marketing activities, in a case study, in the city of Francisco Beltrão – PR and to analyze the reflexes of this activity as a factor that promotes income and, consequently, contributes for the food security of his family. To that end, interviews were conducted at the fair in the central square and at the fair held at the Federal Technological University of Paraná – UTFPR with 20 women farmers to identify the productive and management activities developed by them. Subsequently, the Brazilian Scale of Food Insecurity – EBIA,

¹ Acadêmica do Curso de Nutrição pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Francisco Beltrão. Endereço para correspondência: Rua Maringá nº 1.200 – Vila Nova – Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.605-010. *E-mail*: dayagsi@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Nutrição, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Francisco Beltrão – PR. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural. Membro da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Endereço para correspondência: Rua Maringá nº 1.200 – Vila Nova – Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.605-010. Tel.: 55 (46) 3520-0723. *E-mail*: romislina2@gmail.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Nutrição, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Francisco Beltrão. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Otimização de Sistemas Agroindustriais do Oeste do Paraná e do Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar. Endereço para correspondência: Rua Maringá nº 1.200 – Vila Nova – Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.605-010. Tel.: 55 (46) 3520-0723. *E-mail*: rosemariysilochi@gmail.com

which revealed that the interviewees were in a favorable degree of food and nutritional security; not presenting concern or uncertainty to regularly enjoy food in daily life, either by the amount of meals taken daily, or the quality offered and, especially, they were not in a situation of chronic hunger.

Keywords: Women, family farming, food security.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O público entrevistado nessa pesquisa foi composto por mulheres agricultoras familiares, cuja peculiaridade reside no fato de que as atividades de produção e gestão tem envolvimento dos membros da família, além disso a principal fonte de renda é resultante da produção local.

A relação com a terra é muito íntima, no sentido de ela ser terra de trabalho e de vida, nela se conectam quase todas as formas de reprodução econômica social e cultural das famílias agricultoras. A produção tem ainda a característica importante que é a diversidade de alimentos^[1].

O Plano Safra 2017/2020 aponta que 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil, são de agricultores familiares. Ela é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária e responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. Ainda segundo aponta o documento, a agricultura familiar é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da inflação^[2].

De acordo com os resultados preliminares do Censo Agropecuário (2017)^[3], cerca de 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares. De forma mais detalhada temos que 12% dos estabelecimentos possuem menos que 1 hectare, 38,2% possuem de 1 a 10 hectares, 31,3% de 10 a 50 hectares, 7,8% de 50 a 100 hectares, 7,2% de 100 a 500 hectares, 2% de 500 a 10.000 hectares e 1,5% são produtores sem área.

O Relatório da Organização das Nações Unidas – ONU (2017)^[4], Estado da Alimentação e da Agricultura, mostra que a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar o desenvolvimento rural sustentável.

A produção que resulta da agricultura familiar além de servir para autoconsumo das famílias rurais ocasionando sua autonomia, é escoada para as populações urbanas locais, e para programas do governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional de todos os envolvidos no processo.

A agricultura familiar do Brasil produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Assim, enquanto a agricultura convencional se especializa em produtos específicos, a agricultura familiar produz diversidade de alimentos para a população, incluindo espécies crioulas, o que amplia a gama de nutrientes^[5].

Também, no Paraná, ocorrem as atividades paralelas às agrícolas. Podemos destacar como principais as seguintes: fabricação de queijos, embutidos, doces e compotas em geral, produtos de panificação, criação de bicho-da-seda e comercialização de produtos de hortifruticultura^[6].

O beneficiamento dos produtos da propriedade, atividade realizada principalmente pelas mulheres, gera valor agregado, incrementando a receita da propriedade e melhorando a sua sustentabilidade econômica, que é de essencial importância, considerando que a agricultura constitui a base econômica da grande maioria dos municípios brasileiros.

No estado do Paraná, segundo o IBGE (2006)^[2], dos 371.051 estabelecimentos existentes, 302.907 (81,63%) enquadraram-se na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos.

Observou-se nos Resultados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017 que o produtor individual no estado do Paraná representa 64,28% do número de estabelecimentos agropecuários^[3].

Dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Estado apontam que há 1.117.084 de pessoas ocupadas, cerca de 70%, encontram-se em agricultura familiar, evidenciando a importância desses estabelecimentos na dinâmica do mercado de trabalho^[6].

O município de Francisco Beltrão, de acordo com estimativas do IBGE do último Censo Populacional de 2018, possui 89.942 habitantes. E, das propriedades rurais do município, 71,54% possuem área inferior a 50 hectares, caracterizando-o em sua área rural, o predomínio de agricultores familiares^[7].

Desta forma, entende-se a relevância da agricultura familiar como alternativa importante de sustentabilidade econômica e sociocultural para a permanência das famílias no campo, reduzindo assim, as taxas de êxodo rural e melhorando a qualidade de vida.

No que se refere à divisão do trabalho na agricultura familiar, da produção à comercialização, uma das principais características da pequena agricultura de base familiar é o envolvimento de todos os membros da família. Porém, apesar de as atribuições das mulheres envolver tanto o trabalho doméstico como produtivo e reprodutivo, seu desempenho na produção familiar não é reconhecido socialmente como deveria, devido a complexos fatores históricos e culturais.

Outros estudos que examinaram a divisão sexual do trabalho na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles^[8,9].

Para além das atividades do cotidiano da produção agrícola, as mulheres rurais se responsabilizam por aquelas relativas ao interior da casa e seu entorno. Na segurança alimentar e nutricional das famílias são elas que assumem a

responsabilidade direta de preparar as refeições cotidianas, de manter a horta e o galinheiro, além da retirada do leite e fabricação do queijo e outros subprodutos da agroindústria artesanal.

Entre as ações das mulheres no campo está a defesa do uso de sementes crioulas e de uma forma de produzir alimentos saudáveis em um momento em que há uma grande expansão das culturas transgênicas e um monopólio gritante das empresas multinacionais na produção de sementes^[9].

Este estudo pretende analisar o lugar ocupado pelas mulheres agricultoras locais, desde a atividade de produção até a gestão e comercialização dos produtos nas feiras municipais de Francisco Beltrão, a fim de compreender a contribuição do seu trabalho para a promoção da segurança alimentar de suas famílias.

O Censo Agropecuário (2006)^[2], definiu a agricultura familiar com base na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece os seguintes critérios: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

Do total de estabelecimentos agrícolas do país, 84,4% são familiares (5.175.489 de estabelecimentos), que são responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção e possui 74,4% das pessoas ocupadas^[2].

A expressividade da agricultura familiar não está presente só no contexto brasileiro. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), nove em cada dez propriedades agrícolas mundiais – 570 milhões –, são geridas por famílias, que produzem cerca de 80% dos alimentos no mundo^[10].

Os dados estatísticos tanto no Brasil quanto no mundo, demonstram de forma consistente a relevância social e econômica da agricultura familiar. Pode-se observar que nas últimas décadas ocorreram mudanças importantes no desenvolvimento do setor tanto na produção quanto nas relações sociais estabelecidas pela participação nos mercados dinâmicos atuais.

José Ricardo Roseno, que em 2017, ocupava o cargo de Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, em entrevista a Castilho^[10].

Os passos que levam o desenvolvimento da agricultura familiar são os mesmo que levam o desenvolvimento do país, isso no Brasil, no Mercosul e no mundo. Ter uma agricultura familiar forte é sinal de comida na mesa, geração de emprego e renda, paz no campo, bom funcionamento da economia. O Brasil tem bons exemplos para mostrar, mas o pensamento conjunto para o futuro dos países que fazem parte da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), será mais interessante para todos os envolvidos.

A relevância da mulher na agricultura familiar

A produção familiar é um *locus* privilegiado para a observação do significado do trabalho feminino, sempre considerado complementar, acessório, não porque assim o seja efetivamente, mas por concepções de bases culturais sobre uma divisão sexual do trabalho em que cabe ao homem a função de provedor, restando à mulher os encargos maternos e domésticos. A presença da mulher na produção agrícola é sempre vista como “ajuda”, assim como a presença da mulher casada em alguns segmentos do mercado de trabalho urbano, que não é assumida como fundamental, nem mesmo por elas^[11].

Quando observamos a organização nos espaços rurais contemporâneos, mais precisamente na agricultura familiar, notamos que ela tem mudado, ou melhor, evoluído para se adaptar e manter-se nesse meio agrícola. E neste processo de adaptação, as mulheres exercem um papel central, no contexto da produção familiar, uma vez que são elas quem incorporam novas atividades que também compõe a renda familiar. Seja por extensão da jornada de trabalho em indústrias, combinados aos trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria-prima em produtos manufaturados, artesanato doméstico ou dedicação a pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local da produção. As estratégias adotadas são as mais diversas, entretanto, a figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é a responsável pela grande parte das

atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar^[12].

Ao combinar o trabalho doméstico e o trabalho agrícola de forma constante, intensa e diversificada, a mulher participa da capinação, raleação, colheita ou quaisquer outras atividades, mesmo as “masculinas”, como a adubação, utilização de ferramenta, aração com burro ou cavalo e até aplicação de “veneno”. No terreiro, seca, malha e ensaca o algodão, o café e o feijão; participa da plantação para a subsistência e cuida da pequena criação^[11].

As mulheres agricultoras possuem um papel crucial na dinâmica da família, não apenas como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução, pois são elas as responsáveis por preservar e transmitir valores tradições, os quais são vistos como estratégias de manutenção da qualidade de vida desses agricultores e das gerações futuras^[13].

Dessa forma, observa-se dupla jornada do trabalho feminino tanto no ambiente interno quanto externo da casa, se desdobrando entre a casa e a lavoura.

No meio rural, a oposição entre a casa e o roçado, apesar de socialmente ser dividida e hierarquizada mostrando os domínios dos homens e os das mulheres, não as livra de exercer muitas atividades no espaço considerado masculino. Por outro lado, a cozinha é um espaço bem definido como sendo o da mulher, mãe de família^[14].

As mulheres se envolvem em todas as atividades, seja na lavoura de feijão, na colheita de café, na limpeza do suíno abatido, na atividade leiteira e do carvão^[14].

Na vida cotidiana, as atividades de trabalho das mulheres são muito diversificadas, envolvem os cuidados da casa, a alimentação da família, atividade leiteira, do quintal, da horta, de roçado e em alguns casos, culinária remunerada.

Teoricamente, há na lavoura a separação de atividades consideradas femininas e masculinas, sendo de consenso que o trabalho mais pesado cabe ao

homem. Na prática, entretanto, os espaços de cada sexo se interseccionam face às necessidades imediatas, verificando-se uma simbiose masculino/feminino, tanto maior quanto mais grave for a situação de “precisão” da família^[11].

A agricultura familiar na promoção da segurança alimentar

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida como a:

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis^[15].

O tema Segurança Alimentar e Nutricional, tem sido debatido com mais intensidade nos últimos anos no mundo, e os governos têm implementado diversas políticas públicas buscando garantir a SAN da população.

Assim, os alimentos regionais, produzidos pela agricultura familiar, exercem um papel fundamental no combate à insegurança alimentar e nutricional, gerando impactos positivos no âmbito nutricional, cultural e socioeconômico.

No Brasil, o Programa Estratégia Fome Zero, objetiva basicamente, o alívio da pobreza, a erradicação da fome e a promoção da inclusão e do desenvolvimento social, por meio de um conjunto de ações estruturais, específicas e locais e se enquadram em quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social^[15].

Especificamente, o eixo de fortalecimento da agricultura familiar contempla o Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF): seguro agrícola e seguro-safra e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE.

As discussões acerca de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional resultaram na Lei Nacional nº11.346, de 15 de setembro de 2006 –

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A partir da LOSAN, criou-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e definiu seus princípios, diretrizes e integrantes: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), os órgãos e entidades de segurança alimentar da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos que manifestem interesse em aderir ao SISAN^[15].

A Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da família ou do domicílio, pode ser mensurada por meio da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA), que é um instrumento desenvolvido nos Estados Unidos e adaptado e validado para uso no Brasil e que tem sido importante na investigação de famílias em risco de insegurança alimentar.

Considera-se que a medida direta de segurança alimentar por meio da EBIA seja um importante indicador para monitoramento da iniquidade, podendo complementar um conjunto de indicadores sociais ou, mesmo de forma isolada, identificar grupos com vulnerabilidade social^[16].

A adoção de um instrumento para avaliar a insegurança alimentar, nacionalmente aceito, como é a EBIA no Brasil, possibilita a obtenção de resultados padronizados que permitem um melhor mapeamento, identificação de grupos vulneráveis e compreensão dos fatores determinantes. As questões da EBIA incluem a preocupação e a ansiedade da família em relação à obtenção dos alimentos, perpassando pelo comprometimento da qualidade e quantidade da dieta de adultos e crianças, e alcançando situações mais graves, com restrições quantitativas de alimentos para todos os membros da família^[17].

MATERIAL E MÉTODOS

Os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados neste estudo: i) revisão teórico-conceitual; ii) investigação exploratória por meio de entrevistas semiestruturadas junto a mulheres agricultoras familiares que comercializam seus produtos nas feiras da praça central e na feira da

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, ambas em Francisco Beltrão-PR, entre os dias 12 de junho a 01 de agosto de 2018. Cada entrevista levou em média, cinquenta minutos. A escolha desses locais para a aplicação das entrevistas se deu por conveniência.

Por limitações de prazo, foram entrevistadas as primeiras 20 mulheres que aceitaram participar do estudo e declararam participar das atividades de produção e comercialização dos produtos, com consequente assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Na citação de trechos da entrevista, utilizamos neste artigo, pseudônimos em substituição aos nomes reais das entrevistadas.

A entrevista foi dividida em três etapas. Na primeira, as questões buscavam identificar o perfil das mulheres e caracterizar sua participação na produção e na comercialização dos produtos. Na segunda etapa foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, com o objetivo de identificar possíveis estados de insegurança alimentar. Para determinar o nível de insegurança alimentar familiar através da EBIA, quantifica-se o total de respostas afirmativas que representam: a) Segurança Alimentar: 0 respostas positiva; (b) Insegurança Alimentar Leve: 1 – 5 respostas positivas; (c) Insegurança Alimentar Moderada: 6 – 10 respostas positivas; (d) Insegurança Alimentar Grave: 11 – 15 respostas positivas.

E, por fim, na terceira etapa, buscou-se a caracterização de hábitos alimentares e de consumo das famílias.

Para tabulação e análise dos dados, utilizou-se os recursos do programa *Microsoft Excel 2007*. Os dados foram analisados descritivamente, a partir de frequências relativas e cálculo de percentagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação à faixa etária das entrevistadas 25% têm idade entre 20 e 30 anos, 10% entre 31 e 40 anos, 15% têm idade entre 41 e 50 anos, 35% entre 51 a 60 anos, e 15% entre 61 e 70 anos.

Em se tratando da variável "estado civil", apenas uma entrevistada declarou ser divorciada e viver sozinha, todas as demais responderam ser

casadas ou viver conjugalmente com alguém. A escolaridade encontrada no estudo, revelou que a maioria das entrevistadas possui ensino médio completo (45%) e quarta série completa (35%). Completaram a quinta série 10% das mulheres. Das demais, 5% informaram possuir segunda série e outros 5% citaram que cursaram apenas até a sexta série.

No que tange à renda, 20% informaram possuir renda mensal familiar média de 1 a 3 salários mínimos, 55%, informaram possuir renda mensal familiar de 3 a 6 salários mínimos e 25%, disseram que sua renda média de 6 a 9 salários mínimos. As entrevistadas residem em diversas localidades da zona rural de Francisco Beltrão (Linha Rio Quibebe-km 30, Linha Divisor, Linha Piedade São João, Linha Rio Macaco, Vila Rural Gralha Azul, Linha Tritão, Linha Jacutinga, Água Branca, Linha Barra Bonita, Linha São Brás, Linha Piracema e Volta Grande do Marrecas).

Tratando-se da origem familiar, a grande maioria (95% das mulheres) respondeu que seus pais também eram/são agricultores e uma pessoa respondeu que seus pais trabalhavam com comércio e se tornou agricultora após o casamento. Observou-se que, originárias de uma sociedade tradicional rural, estas mulheres que trabalharam na lavoura com os pais, casaram-se, permaneceram no campo e têm fortes laços com a cultura do trabalho e com a vida rural.

Quanto a caracterização da composição familiar, a análise dos dados apontou que 60% residem em domicílios com 1 a 3 moradores, enquanto 40% vivem naqueles com 4 a 6 moradores (filhos, genros/noras e netos). E, 55% dos domicílios são habitados também por menores de idade.

Noventa por cento (90%) das entrevistadas declararam que trabalham duas vezes por semana comercializando seus produtos na feira e vinte por cento (20%) delas o faz em apenas um dia na semana.

A Tabela 1 apresenta as atividades que desempenham na propriedade. Observa-se nessa tabela, que além das atividades domésticas, elas conciliam várias outras funções produtivas, contribuindo de forma significativa com a renda familiar e também para a reprodução social das famílias. Destacam-se as atividades da horta, pomar, trato de animais e cultivo de grãos.

Tabela 1. Atividades desempenhadas pelas mulheres⁴.

Atividades	n	%
Horta (plantação, colheita e armazenamento)	19	95
Administração de recursos financeiros da propriedade	19	95
Participa da tomada de decisões de investimento da receita	19	95
Atividades externas (compra de insumos, bancos, sindicatos, associações cooperativas)	18	90
Trato de animais	14	70
Pomar (plantação, colheita e armazenamento)	14	70
Cultivo de grãos (plantação, colheita e armazenamento)	11	55
Beneficiamento de produtos	8	40
Atividade leiteira	5	25
Jardim	3	15

Fonte: Pesquisa de Campo, Francisco Beltrão, 2018

⁴ Foram apresentadas para as entrevistadas múltiplas e a possibilidade de se identificar com várias delas, se fosse o caso.

Observa-se ainda pela tabela que há considerável participação feminina em atividades externas e de gestão, como por exemplo: compra de insumos, serviços de banco, sindicatos e associações, administração de recursos financeiros da propriedade e participação na tomada de decisões, sinalizam a centralidade da mulher na agricultura familiar, envolvida nas mais diversas atividades.

Outros estudos apontam^[18,19] que as atividades da mulher rural não estão apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, pois elas também realizam atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos.

No Rio Grande do Sul, além do trabalho usualmente considerado como doméstico e a “lida” com o leite, também são atividades “próprias” das mulheres o cuidar das galinhas e outras pequenas criações, a horta, as ervas medicinais, as “miudezas”, como elas mesmas dizem. Além de todas essas tarefas, as agricultoras acompanham os maridos nas atividades produtivas de onde saem os produtos a serem comercializados para fora da porteira da propriedade. Observa-se em outras discussões teóricas que, assim como nos resultados desta pesquisa, a esfera doméstica continuou como responsabilidade da mulher, envolvida nas inúmeras atividades do espaço da casa^[20].

Observou-se nos depoimentos que o trabalho doméstico, com raras exceções, é exclusivamente realizado pelas mulheres, tem o sentido de uma

obrigação atribuída a elas de manter a casa e os filhos nas melhores condições possíveis, e que costumam dispender seu tempo de descanso, quando retornam do trabalho agrícola realizando as tarefas da casa.

A presença difusa desses estereótipos, a dupla desvalorização do trabalho da mulher: a) seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como de menor importância, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho nas atividades relacionadas à produção seja igual ou superior ao desempenhado pelo homem; b) as atividades relacionadas à reprodução não são valorizadas: o que conta é o que se transforma em dinheiro^[20].

Com relação às categorias de produção de alimentos in natura, a maioria se autodeclarou da seguinte maneira: 40%, produção orgânica; 30%, livre de agrotóxicos; 20%, convencional e, 10%, agroecológica. É preciso destacar que a autodeclaração neste caso, implica em dizer que é a forma como se percebem na produção, o que não significa que sejam todas as 40% certificadas como produtoras de alimentos orgânicos, ou ainda, 10% como alimento agroecológico, trata-se, portanto, de autopercepção das mulheres sobre si e sobre sua forma produtiva.

Modalidades de produção alternativas à agricultura convencional, minimizam diversos impactos ambientais e pressupõe uma superioridade em termos de qualidade do produto, pois culminam em produtos mais saudáveis, de maior valor nutritivo, menor quantidade de resíduos de pesticidas e sem

contar que promovem sustentabilidade criando oportunidades para a prática de preços superiores, melhorando a renda e promovendo saúde e qualidade de vida pois também são consumidores de sua produção.

Todas as entrevistadas afirmaram consumir os produtos que comercializam na feira, e o que não produzem, compram nos supermercados como por exemplo: sal, farinhas, café, fermentos, iogurtes. Uma das entrevistadas, de pseudônimo Flora, relatou que produz quase tudo em sua propriedade:

“Produzimos verduras, legumes, mel, própolis, leite, açúcar mascavo, garapa, vinho, cachaça, frutas, geléias, pães, queijo, fubá, amendoim, vinagre, arroz, feijão, pipoca, canjica, trigo, crem (uma espécie de raiz forte utilizada como tempero), graspa e possuímos um abatedor de peixes que são esses que tenho aqui neste isopor para vender. Raramente vamos ao mercado, apenas para comprar algo de diferente, mas a nossa alimentação é baseada no que produzimos.”

Observou-se que a ampla variedade de produtos possíveis de serem produzidos em uma propriedade, como neste caso, agrega valor e ocasiona o sustento da família. Mesmo em pequeno espaço de terra, os agricultores conseguem produzir para seu sustento alimentos de qualidade e o excedente se transforma em renda por meio da comercialização, gerando tanto a segurança alimentar em suas casas como também dos consumidores dos produtos nas feiras livres.

A mesma entrevistada do relato acima disse que o trabalho de comercialização na feira lhe faz sentir-se bem, valorizada, e isso lhe traz ânimo para continuar na atividade. Nesse sentido, é possível inferir que para além do papel econômico, as feiras possuem importante papel social e afetivo.

Em pesquisa realizada no ano de 2017, com agricultoras-feirantes nos municípios de Medianeira e Marechal Cândido Rondon, também no Paraná, Lima; Fontana^[21] colheram depoimentos semelhantes dentre as mulheres entrevistadas. Mulheres que vivem do trabalho da produção agrícola e da comercialização nas feiras dos alimentos que produzem para autoconsumo e para venda de excedentes. No referido estudo, as

mulheres também destacaram a importância da feira para se sentirem valorizadas em sua atividade.

Em nossa pesquisa, registramos que a maior parte do transporte dos produtos até a feira é realizada pelos homens, porém 25% afirmaram serem elas mesmas a fazê-lo e 35% relataram possuir carteira de habilitação. Possuir habilitação as torna mais independentes o que é um fator importante na sua participação nas atividades de gestão da propriedade.

Os vegetais folhosos e frutas são os principais produtos comercializados nas feiras, seguido de grãos, legumes, tubérculos, produtos beneficiados e farinhas. Os produtos mais procurados pelos consumidores são: verduras, frutas, tubérculos e grãos.

Das mulheres que fabricam produtos como pães, geleias e queijos, a maioria utiliza receitas de família, seja por cadernos ou por oralidade e houve relatos de participação em cursos de boas práticas de fabricação oferecidos por instituições como a Prefeitura Municipal, Emater, Unioeste e UTFPR. A utilização das receitas de família, revela a transferência de valores e tradições como outro papel da mulher, pois geralmente são auxiliadas em suas tarefas por uma filha.

Outro estudo realizado por Lima^[15], no ano de 2015, na Zona da Mata Mineira, identificou-se que o caderno de receitas não era comum para todas as mulheres entrevistadas. Eles estavam presentes nas casas sobretudo das mulheres acima de 50 anos de idade. Entre elas, são poucas as que possuem receitas escritas, predominando a oralidade na transmissão e o registro na memória das receitas que fazem com mais frequência; do arroz doce ao doce de figo, não se recorre às receitas escritas para elaborá-los. Questões como baixa escolaridade das mães foram apontadas neste estudo como justificativas para a transmissão das receitas através da oralidade.

Se a oralidade é ainda a forma mais presente de transmissão dos saberes nas famílias pesquisadas, fica a reflexão de como isso poderá vir a ocorrer no futuro, com a tendência de saída dos jovens das áreas rurais^[14]. Observa-se que a permanência dos filhos no meio rural, tende a manter os modos de fazer tradicionais nas famílias, por muito ser aprendido por oralidade com as mães.

Das 20 entrevistadas, 75% disseram que se sentem valorizadas com relação ao seu trabalho. Os motivos mais destacados foram a satisfação de consumidores que elogiam seus produtos. Relataram que a participação na feira as faz sentirem-se mais valorizadas. Destacaram a melhoria em sua renda, o que consequentemente reflete em sua maior autonomia, geram melhores expectativas de futuro, pois garantem maior estabilidade da reprodução social das famílias, melhorando sua estrutura, educação, informação, cidadania, entre outras, buscando-se a real transformação das condições de vida. Porém, na feira da praça central houve relatos sobre se sentirem discriminadas por alguns comerciantes da cidade, os quais se declararam contra a recente obra da cobertura do local onde a feira é realizada, desejavam, ainda, que ela fosse transferida para um outro local mais afastado do centro. Tal situação parece sinalizar o desejo por partes de tais comerciantes da cidade pela separação territorial do urbano e do rural de forma nítida, atribuindo ao que é proveniente do pequeno agricultor importância menor e que por isso podem se estabelecer em áreas afastadas.

Observa-se também que para alguns consumidores os preços da compra direta na feira precisam ser muito inferiores do que aqueles semelhantes adquiridos nos supermercados. O que na prática o são. Embora não tenhamos objetivo de comparar preços, pudemos observar que a maioria dos produtos *in natura* comercializados nas feiras que pesquisamos tem preço menor do que os praticados no mercado. Porém, ainda assim há consumidores que reclamam dos preços, e isso é um fator de incômodo para as entrevistadas. Uma delas, de pseudônimo Sofia, comentou sobre como isso a faz pensar que seus produtos e seu trabalho não estão sendo valorizados:

“Algumas pessoas dizem que nossos produtos são caros, mas estamos comercializando diretamente ao consumidor produtos frescos e de qualidade, sei que ao adquirir no mercado, as pessoas acabam pagando mais caro do que aqui na feira e não reclamam.”

Todas as entrevistadas consideram que os preços dos alimentos ofertados na feira – tanto aqueles *in natura* quanto os beneficiados de forma artesanal – são justos, uma vez que são comercializados

diretamente ao consumidor final, sem passar por atravessadores, como acontece no caso dos supermercados.

Em relação ao destino da renda obtida da atividade, a grande maioria respondeu que o é direcionada a um caixa único da família, que é utilizado por todos os membros quando há necessidade.

Resultados da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA

A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA teve a finalidade de enriquecer a compreensão e identificar a dificuldade de acesso aos alimentos e a situações de fome que eventualmente pudessem estar presentes nas famílias. Tanto nas famílias com menores de 18 anos (55%), como as famílias compostas somente por pessoas adultas (45%) apresentaram estado de segurança alimentar.

A disponibilidade de alimentos é fator intrínseco de SAN, estando atrelada a outros conceitos, como o Direito Humano a Alimentação Adequada –DHAA. No entanto, não somente está em jogo a disponibilidade desses alimentos, mas a permanência constante do acesso destes, e sua relação com os indivíduos e a coletividade, deixando de lado a óptica apenas biológica e englobando fatores socioeconômicos e culturais^[22].

Destaca-se o fato da sustentabilidade gerada por este sistema familiar de produção, que protege as famílias da insegurança alimentar, como pode ser observado nos resultados da aplicação do EBIA e no relato de algumas mulheres de que conseguem produzir praticamente tudo o que consomem. Ao observar a diversidade dos produtos trazidos para a comercialização na feira e considerando que são os mesmos utilizados para autoconsumo em seus lares, verifica-se que não precisam se preocupar em não possuir mantimentos suficientes para o consumo ou com a necessidade de mudanças de hábitos alimentares que restrinjam nutrientes essenciais que poderiam evoluir para uma alimentação inadequada e comprometer o estado nutricional.

Quando se tem maior quantidade e diversidade de alimentos disponíveis, a alimentação

tende a se tornar mais saudável em qualidade de nutrientes e em quantidade suficiente. No caso em estudo, o alimento fresco sai da lavoura para a mesa.

Os resultados do estudo revelaram a disponibilidade e o acesso aos alimentos e a renda, o que reduz e/ou exclui a vulnerabilidade a riscos de insegurança alimentar ou fome e outras consequências das mesmas como os distúrbios nutricionais.

A qualidade nutricional dos alimentos para autoconsumo é sempre interpretada como geradora da segurança alimentar pela qualidade nutritiva superior aos alimentos processados e ultraprocessados. E, produzindo para autoconsumo, não se tornam vulneráveis em relação à oferta e aos preços dos alimentos no mercado^[23].

O Guia Alimentar para a População Brasileira preconiza a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados em detrimento dos processados e ultraprocessados, pois são a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável.

A pobreza e a situação de insegurança alimentar na zona rural surgem com a especialização produtiva, onde os agricultores familiares se destinam aos monocultivos, visando renda, obtendo pouca produção para autoconsumo e adquirindo alimentos em mercados locais^[23].

Com relação a atuação da mulher agricultora relatado neste estudo, por meio do seu trabalho cotidiano nas atividades agrícola, leiteira, trato de animais, cuidado com pequenos cultivos, pomar, beneficiamento, comercialização e também mantendo a responsabilidade pelas práticas alimentares no planejamento, preparação e organização da alimentação da família, transitando entre o espaço doméstico e produtivo, maximiza a sustentabilidade do sistema e protege a família contra eventuais vulnerabilidades à insegurança alimentar e nutricional. Todo o trabalho da mulher agricultora, desde a produção, colheita, limpeza, processamento de alimentos (agroindustrialização) para autoconsumo e comercialização, fortalece a estrutura da agricultura familiar e propicia importante impacto sobre o aumento da renda monetária mensal das famílias, além

de resgatar práticas agrícolas de cultivo e produtos tradicionais da região.

Após a aplicação da EBIA, foram abordadas questões adicionais objetivando compreender um pouco mais acerca de hábitos alimentares das entrevistadas e identificar quais os alimentos disponíveis para consumo.

No quesito “número de refeições diárias”, 60% respondeu que faz apenas as refeições principais (café da manhã, almoço e jantar) e 40% realiza seis refeições (café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia).

Sobre o consumo de feijão com arroz, 86% responderam que comem o tradicional prato brasileiro todos os dias ou quase todos os dias (com exceção dos finais de semana, nos quais prevalecem outros tipos de comida e aos domingos maionese e carne de churrasco).

Com relação ao consumo de carnes, a grande maioria informou que o alimento faz parte das refeições diárias (86%) e, 46% informaram que, ao menos uma vez na semana esta é substituída por ovos.

Os dados acima, reforçam a inexistência da insegurança alimentar nestas famílias captada por meio aplicação da EBIA, pelo fato de declararem realizar, de três a seis refeições, sendo que algumas disseram que não fazem os lanches pois não estão acostumadas e não sentem fome nestes horários. Feijão com arroz, carne e ovos também são alimentos típicos da população brasileira e estão presentes no dia a dia destas famílias. Observou-se que as famílias possuem quantidade suficiente e diversidade de alimentos para autoconsumo (especialmente alimentos regionais), o que infere positivamente da situação de segurança alimentar.

Apesar de os alimentos cultivados pelas famílias predominarem na alimentação, os alimentos processados e ultraprocessados também estão disponíveis nos lares, os mais citados pelas entrevistadas foram: refrigerantes, biscoitos, *hambúrguer* e achocolatados. Algumas mencionaram que o refrigerante, por exemplo, é utilizado apenas em ocasiões festivas ou finais de semana.

A escolha por alimentos processados e ultraprocessados em grupos regionais sofre forte influência do meio ambiental e midiático, uma vez que em tempos atuais a propaganda e disseminação de ideias são muito mais abrangentes e atingem mais facilmente diferentes parcelas da sociedade^[22].

A preferência pelos alimentos cultivados e que integram originalmente a tradicional cultura alimentar da região, vem de encontro com o que preconiza o “Guia Alimentar para a População Brasileira”, publicado em 2015 pelo Ministério da Saúde que contém diretrizes para uma alimentação saudável^[24].

Verificou-se que, na compra de um produto no supermercado, o que mais é levado em consideração pelas entrevistadas é, respectivamente, o preço, a validade e a qualidade, seguido pela lista de ingredientes, informações nutricionais, sabor e formato da embalagem.

Apenas 20% delas responderam que não observam a embalagem e suas informações porque acham as fontes muito pequenas e difíceis de enxergar. Ao serem questionadas sobre o grau de importância da leitura e compreensão do rótulo com a tabela nutricional e a lista de ingredientes, 80% responderam que consideram ser importante, embora tenham pouca compreensão a respeito; 20% disseram considerar desnecessário, interessam-lhes apenas a data de validade do produto. No que se refere à compreensão da tabela nutricional, 95% responderam que entendem parcialmente o significado trazido na embalagem e apenas 5% compreendem toda a informação.

Os relatos permitem inferir que o fato de os preços de alguns produtos ultraprocessados serem relativamente baixos e entrarem em promoção com certa frequência nos mercados, isso é um estímulo para seu consumo.

A grande maioria das entrevistadas (75%) respondeu que gosta de cozinhar e os principais motivos citados: aprenderam com sua mãe, querem aproveitar os produtos de sua propriedade, recebem incentivos e elogios da família, gostam de ter as coisas para oferecer. Uma das entrevistadas comentou que gostaria de ter um restaurante. Cozinhar a própria comida para si e para outros da família é, quando

aliado a outros fatores, muito importante quando se fala em prevenção do estado de insegurança alimentar.

Quando questionadas acerca de como são realizadas as refeições em seu domicílio, 85% responderam que em sua casa realizam as refeições em conjunto com a família. Na questão seguinte, 55% disseram que realizam as refeições assistindo televisão ou utilizando computadores e celulares. Realizar refeições em conjunto com a família, é algo que, na contemporaneidade, está cada vez mais raro, pois as pessoas possuem horários diferentes, estão trabalhando mais e, ainda, devido a dificuldade de deslocamento no trânsito não conseguem se reunir, frequentemente com a família nos horários das refeições.

Observa-se que, no campo ainda se consegue manter essas refeições em conjunto. Porém, observou-se que pouco mais da metade das entrevistadas relataram que as refeições são realizadas assistindo televisão e adolescentes e crianças por vezes utilizando celulares e computadores, o que é um fator negativo, pois faz com que as pessoas não se alimentem com atenção plena, podendo ocasionar um consumo de alimentos superior às necessidades do indivíduo.

Sobre isso Lima, Neto e Farias^[25], p.519, discorrem que:

Os novos modos de vida tendem a propiciar uma série de modificações nos modos de comer, nas relações de comensalidade e na identidade alimentar dos indivíduos, tanto no meio urbano quanto no meio rural, podendo interferir nos hábitos alimentares, nos horários e locais das refeições, no consumo de alimentos e na própria produção de alimentos no meio rural. Receitas de família que antes estavam nos cadernos e eram passadas por gerações, atualmente são encontradas no verso das embalagens de alimentos, na internet, em revistas e em programas de televisão; os horários de alimentação nem sempre coincidem entre os membros da família; tampouco o espaço doméstico é o único a ser usado para tal finalidade.

Embora tenham relatado que atualmente não necessitem se preocupar com a incerteza de desfrutar regularmente de comida ou economizar alimento disponível, 55% delas lembram de ter passado alguma

dificuldade na infância e vivenciado a falta de alimento. Afirmam que hoje em dia estão em uma situação melhor, pois antigamente era tudo mais difícil e com menos variedade de alimentos. Algumas comentaram que chegava a faltar arroz, às vezes, e que comiam carne apenas em finais de semana e datas como natal, mas que hoje em dia possuem carne à vontade no *freezer*. Uma das entrevistadas, de pseudônimo Berta, comentou que lembra que por algumas vezes tinha apenas farinha em casa para fazer polenta, e que a miséria, a pobreza e o endividamento da família era grande na época.

Comparando-se a situação atual com a do passado das famílias das entrevistadas, observa-se que houve uma melhora expressiva, condição percebida por elas. Assim, acredita-se que as feiras da agricultura familiar e as políticas públicas voltadas ao setor, assumem importância social e econômica para as famílias, permitem que pequenos agricultores possam optar em permanecer no campo, garantem o acesso ao mercado e o escoamento da produção, evitando o êxodo rural e oportunizando fonte de renda, o que viabiliza melhorias no sistema de produção e incentiva o cultivo diversificado, tanto para comercialização quanto para autoconsumo inferindo positivamente na situação de segurança alimentar e nutricional desse público.

E, neste cenário, verificou-se que as mulheres se desdobram conciliando as suas atividades domésticas, produtivas e de comercialização. Neste aspecto, de acordo com os resultados da pesquisa, a totalidade contribui de forma significativa com a renda familiar, o que reflete de forma muito positiva para a manutenção do estado de segurança alimentar das famílias.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou as atribuições da mulher na agricultura familiar local. Verificou-se que as mulheres ocupam uma posição de destaque, e não de apenas uma “ajuda”, pois são responsáveis por grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar, seja na combinação do trabalho doméstico e agrícola, na transformação de matéria prima em produtos beneficiados, nas atividades de gestão e na comercialização de seus produtos. Portanto, são um pilar importante na família, contribuindo para a renda monetária e a subsistência

da família protegendo-a do estado de insegurança alimentar. Ao se desdobrarem em diferentes modalidades de trabalho, produção e beneficiamento de matéria-prima, contribuem para a sobrevivência das famílias, uma vez que, essas atividades de produção e beneficiamento, se destinam primordialmente ao consumo familiar.

As informações reveladas nas entrevistas acerca das quantidades e alimentos produzidos, adubos utilizados, formas de aquisição de insumos, comercialização e as declarações sobre a participação nas decisões sobre a lavoura, revelam uma relação muito estreita entre as mulheres e a produção, espaço geralmente visto como de trabalho masculino.

Ademais, a análise das respostas às perguntas que compunham a EBIA, permitiu verificar o estado de invulnerabilidade à insegurança alimentar desses lares, constatando um quadro de estabilidade. Sob tal perspectiva, depreende-se que estes agricultores e agricultoras, e suas famílias, se encontravam em grau favorável de segurança alimentar e nutricional; não apresentando preocupação ou incerteza de desfrutar regularmente de comida no cotidiano, seja pela quantidade de refeições realizadas diariamente, seja na qualidade ofertada, e principalmente, não estão em situação de fome crônica.

O estímulo à agricultura familiar, incrementa as práticas para autoconsumo, na qual amplia-se a diversificação produtiva, abarcando vários grupos de alimentos, tanto *in natura* quanto beneficiados (os quais envolvem especialmente o trabalho feminino), o que promove a segurança alimentar e nutricional do grupo familiar, considerando que consomem uma variedade de alimentos produzidos por eles mesmos, ao mesmo tempo respeitando os hábitos locais.

REFERÊNCIAS

[1] Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO [Internet] 2018 [acesso em 17 ago 2018]. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/454156>

[2] Brasil. Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020 [Internet] 2017 [acesso em 17 nov 2019]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/apresenta-coes/2017/plano-safra-da-agricultura-familiar-2017-2020-secretaria-especial-de-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-agrario-4a-plenaria-27-de-setembro-de-2017.pdf/view>

- [3] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2018 [acesso em 07 out 2018]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>
- [4] Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Relatório: O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação 2017 [Internet] 2017 [acesso em 15 abr 2018]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7658e.pdf>
- [5] Brasil. Câmara dos Deputados – Comissão de Direitos Humanos e Minorias [Internet] 2018 [acesso em 29 jul 2018]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/noticias/camara-dos-deputados-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar-camponesa-e-indigena>
- [6] Oliveira JL, Ono JM, Rosa RW, Maronezi MC, Leão GFM, Visentin JK, Rosa KILF. Agricultura familiar paranaense: perfil geral e principais problemas. In: Anais do 5º Salão de Extensão e Cultura da UNICENTRO [Internet]; 2012; Guarapuava. Guarapuava: UNICENTRO; 2012 [acesso em 18 ago 2018]. Disponível em: <https://anais.unicentro.br>
- [7] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE; 2012 [Internet] 2012 [acesso em 07 out 2018]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>
- [8] Brumer A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Rev Estudos Feministas [Internet] 2004 [acesso em 07 out 2018];12(1). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100011/8695>
- [9] Paulilo M.I. Que feminismo é esse que nasce na horta? Rev Política & Sociedade [Internet] 2016 [acesso em 24 set 2018];15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>
- [10] Castilho I. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. Jornal Dia de Campo. Brasília; 2017 [Internet] 2017 [acesso em 19 abr 2018]. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br>
- [11] Panzutti NPM. Mulher rural: eminência oculta. Campinas: Alínea; 2006.
- [12] Marion AA, Bona NA. A importância da mulher na agricultura familiar. Curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. Paraná; 2016 [Internet] 2016 [acesso em 27 jun 2018]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47150508-A-importancia-da-mulher-na-agricultura-familiar.html>
- [13] Mesquita LAP. O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás [tese]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2013.
- [14] Lima RS. Práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais da Zona da Mata mineira: mudanças e permanências [tese]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2015.
- [15] Silva CO, De-Souza DA, Pascoal GB, Soares, LP. Segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: Rubio; 2016.
- [16] Panigassi G. Inquérito populacional sobre a percepção da segurança alimentar intrafamiliar no município de Campinas, SP [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2005.
- [17] Pedraza DF, Sales MC. (In)Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de um indicador do problema e experimentação em famílias da Paraíba, Brasil. Rev Interações [Internet] 2014 [acesso em 21 set 2018];15(1):79-88. Disponível em: <http://www.scielo.br>
- [18] Herrera KM. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 [Internet]; 2013; Florianópolis. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10; 2013 [acesso em 16 out 2018]. Disponível em: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf
- [19] Neves D, Medeiros L. (Orgs.) Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa; 2013.
- [20] Tedeschi LA. Meu nome é “ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Rev Contexto e Educação. 2004;19:45-64.
- [21] Lima RS, Fontana APC. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades. Redes, Santa Cruz do Sul [Internet] 2019 [acesso em 16 nov 2019];24(3):75-100. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14119>
- [22] Andrade DA. Avaliação da situação de insegurança alimentar em uma comunidade quilombola de Sergipe. Secur. Aliment. Nutr. 2017;24(2):125-140.
- [23] Assis SCR, Priore SE, Franceschini SCC. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. Ciênc. Saúde coletiva [Internet]. 2017 [acesso em 07 out 2019];22(2):617-626. Disponível em: <http://www.scielo.br>
- [24] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
- [25] Lima RS, Neto JAF, Farias RCP. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. Demetra [Internet] 2015 [acesso em 17 nov 2019];10(3):507-522. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>